

Funções Vegetativas

13.VI.52

No cenário político nacional está-se apresentando um dos mais desconcertantes espetáculos. Em toda a parte, e também em nosso País até a queda do Império, foi sempre a imprensa a vanguardeira dos grandes movimentos políticos e sociais. Só depois de travada a campanha pelos jornais é que a idéia penetrava e agitava o ambiente parlamentar, que, com maior ou menor atraso, correspondia ao movimento de opinião. Agora, porém, é pior o processo, do que se hovesse sido simplesmente inverido. A idéia renovadora começa por ganhar a Câmara dos Deputados, em meio da olímpica indiferença dos jornais e, quando parece que vai vencer, quando os homens de responsabilidade na direção da vida pública chegam a adotá-la, então desperta a imprensa. Para apoiá-la ou debatê-la? Não, para a impugnar, por motivos de rasteira política pessoal. A imprensa brasileira já não segue sequer à retaguarda dos grandes movimentos de idéias: ou os hostiliza, ou ante eles se queda indiferente.

É o que, feitas algumas exceções, está sucedendo com a emenda parlamentarista, já adotada pela grande maioria da Câmara dos Deputados e que só não prevalecerá, se o Senado da República, como fez outrora o Senado do Império com certas reformas liberais, a vetar. A reforma já conquistou ou meios parlamentares; somente os jornais se lhe mostram indiferentes ou hostis.

Estamos aqui em face de uma das mais profundas degenerações causadas pelo presidencialismo no Brasil. O fato não é novo, nem, sequer, desconhecido. Já Rui Barbosa estigmatizara com palavras de fogo a imprensa interesseira, venal e destituída de princípios, que medra, e somente pode medrar, nos desvãos escuros do regime.

Em verdade, descontadas sempre as necessárias, mas raras exceções, os nossos jornais são incapazes de se interessar por questões de princípios. Quando, porventura, o fazem, é porque atrás delas existem interesses mais concretos. Na Assembleia Constituinte, travou-se um vivo e brilhante debate sobre o sistema parlamentar. Ignorou-o a imprensa, a não ser como matéria de noticiário. Prosseguiu a campanha, na passada legislação, com a apresentação da Emenda à Constituição. Exceptuados o "Diário de Notícias" — que lhe manifestou repetidamente o seu apoio, e o "Diário Carioca", que a combate pela pena do brilhante cronista parlamentar, sr. Prudente de Moraes Neto, o último abencerragem do presidencialismo, os demais matutinos ignoraram a questão.

Agora, porém, tomou-se a imprensa carioca de súbito interesse pela reforma. Não para a apoiar na retaguarda, já que não soubera fazer a vanguarda do movimento, mas para a combater. Que ocorreu, que a pudesse despertar da sua sonolência? Simplesmente isso: um reporter, pessoalmente partidário da reforma, deu a entender, num jornal oficioso, que o sr. Getúlio Vargas bem poderia mandar apoiá-la, para contornar o grave problema da eleição do sr. Ademar de Barros à Presidência da República. Esta simples nota transpôs os tempos da questão parlamentarista. Toda a imprensa passou a ocupar-se com ela, porque implicava com a sucessão presidencial, única questão importante no País, restringia o direito que tem o sr. Ademar de Barros, de continuar corrompendo, e impossibilitava a aspiração alimentada por outros eminentes cidadãos, de também tomarem conta do Brasil. Em nome destes sagrados direitos, quase toda a imprensa se levantou contra a reforma.

Ora, este fato tem uma significação muito mais grave, do que

à primeira vista poderia parecer. Se o natural é que a ação da imprensa preceda todo movimento de natureza política, tô-

Ora, este fato tem uma significação muito mais grave, de que tal antecipação e, pior do que isto, a sua concordância tenham faltado, justamente, na questão parlamentarista.

Com efeito, se a imprensa se considera, com verdade, o quarto poder do Estado, é principalmente no sistema parlamentar que tal dignidade se alcança. É esse por excelência um regime de opinião, o regime onde o governo obedece necessariamente à pressão que a opinião exerce. É já clássico citar o exemplo da Monarquia, onde uma Vária do "Jornal do Comércio" arr'bava o Ministério. O governo presidencial, pelo contrário, é quase insensível a tal influência. É como ninguém o pode ignorar neste País, uma ditadura eletiva, que depois de eleita, nada pode remover, enquanto não finde o período do mandato. A imprensa pode falar, pode bradar, pode vituperar, mas é como se falasse no vácuo. Não há para a sua palavra a necessária ressonância nas esferas do governo.

Sendo assim, como explicar primeiro a indiferença, depois a hostilidade contra uma reforma que, antes de tudo, eleva a dignidade da imprensa? Preferiríamos deixar sem resposta a pergunta e remeter a indagação à curiosidade do leitor. Mas a verdade transparente é haver numerosos canais, uns diretos, outros indiretos, entre os cofres públicos e as empresas jornalísticas. Tais suprimentos, tais favores, tais subvenções estancariam num regime de plena responsabilidade, onde a simples suspeita de uma ação incorreta pode deitar por terra o governo. Que seria então de certas empresas, como viveriam certos jornais, quando extremamente difíceis, senão impossíveis se tornassem certos favores oficiais?

A imprensa, no atual sistema de governo, está reduzida a uma posição subalterna, mas certos órgãos tem, em compensação, mais bem asseguradas as suas funções vegetativas. Isto explica a posição que, com duas ou três exceções, tomou a imprensa carioca no debate da questão parlamentarista.